

Correio Braziliense – 09/04/2012

Coluna Brasil S/A

Movido a tropeços

O sexto pacote anunciado desde a crise de 2008 não passa de mais um adendo ao mosaico em que se transformaram as medidas de apoio às fábricas nacionais

O destino de um país que só toma decisões sobre o futuro a cada tropeço de sua economia não pode ser auspicioso. Muito menos deve-se esperar algo promissor de mais um pacote de socorro à indústria que se pautou pela ajuda às áreas mais atingidas pela desvalorização cambial e deixou de lado a exigência pelos melhores índices de produtividade, parâmetros que explicam por que as fábricas chinesas e norte-americanas dominam o mundo. O governo brasileiro, mais uma vez, preferiu atender apenas aos 15 setores que fizeram lobby com mais força. Resultados até poderão vir a curto prazo, mas o país, e não apenas um grupo de empresas, precisa crescer com robustez e por anos seguidos.

Uma semana depois de a presidente Dilma Rousseff ter anunciado, com pompa e circunstância, o novo pacote no Palácio do Planalto, as críticas de economistas ao que se convencionou chamar a colcha de retalhos da política industrial brasileira só se avolumam. A maioria sabe que o sexto pacote anunciado desde a crise de 2008 - o da semana passada representou um empurrão de R\$ 60,4 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB) - não passa de mais um adendo ao mosaico em que se transformaram as medidas de apoio às fábricas nacionais. De novidade, houve apenas um arremedo do que seria a aguardada reforma na legislação trabalhista.

Em ato inédito, o governo iniciou a desobstrução da folha salarial das empresas ao substituir a cobrança dos 20% da contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) por algo entre 1% e 2% sobre o faturamento. Isentou ainda do encargo a produção destinada à exportação. Sem dúvida, foi um avanço concreto, mas os sinais de inocuidade são fortes. Primeiro, o deficit da Previdência Social aumentará e o dinheiro para cobri-lo, mais uma vez, sairá do Tesouro Nacional. Mais: para bancar a desoneração, recorreu-se ao aumento de impostos sobre cervejas, refrigerantes e produtos importados.

Garantia pelo consumo

Sem margem para abrir mão da receita dos impostos, apesar dos recordes seguidos na arrecadação federal, Dilma sinaliza, a exemplo de antecessores, que continuará dando com uma mão e tirando com outra. Premido pela exigência de superavit primário - economia para pagar juros da dívida - de R\$ 140 bilhões em 2012, seu governo não irá muito além de medidas paliativas. Mas com a aprovação popular nas alturas (77%, segundo a última pesquisa da CNI/Ibope), a presidente está se permitindo tirar proveito do discurso ideal em detrimento da realidade desconcertante.

"Não concebemos o nosso desenvolvimento sem uma indústria forte, inovadora e competitiva", bradou Dilma, na semana passada, para uma plateia de 400 convidados, a maioria empresários. Mas para fazer a economia crescer a um ritmo próximo aos 4,5% esperados para este ano, ela preferiu se garantir pelo consumo das famílias. Não por acaso, a despeito da forte inadimplência dos últimos meses,

Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal iniciam hoje, por força da intervenção federal, uma campanha agressiva pela liberação de crédito mais barato ao correntista ficha limpa.

Louvável, o apoio à concorrência bancária a partir da redução das taxas de juros mais elevadas do mundo deixa claro que a única saída possível, a curto prazo, continua sendo o estímulo à demanda interna. Não se vê tanto esforço para aumentar o investimento e muito menos a poupança, pilares de economias estruturalmente saudáveis. Longe da competitividade dos norte-americanos, e sobretudo dos chineses, a indústria nacional continuará fazendo o que pode.

ICMS da energia elétrica

As fábricas brasileiras padecem com custos elevadíssimos quando comparadas às concorrentes instaladas nas economias de ponta. A tarifa da energia elétrica, um dos mais pesados componentes dessa cesta, figura entre as mais caras do mundo - pelas contas dos grandes consumidores de energia, a alta foi de 201% nos últimos 10 anos, mais que o dobro da inflação do período. Ironicamente, quase metade da tarifa se refere a impostos. De cada R\$ 100 pagos, sejam pelo cidadão ou por uma indústria, R\$ 45 são tributos e encargos, 50% federais. Os estados ficam com 47%. Outros 2,5% são encargos trabalhistas e 0,5% vai para os municípios.

O setor privado não escondeu a frustração de que o pacote de incentivo à indústria não tenha tocado em tema tão sensível. "Isso não faz sentido. Além de tirar a competitividade da indústria, o volume de impostos que se paga sobre a energia produzida no país torna mais cara a vida do brasileiro", reclamou **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**. Não por acaso, a entidade que dirige inicia uma maratona que tentará convencer membros do Senado a abraçar a bandeira pela redução do maior tributo sobre a energia, o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e de Serviços (ICMS).

Polêmica por tentar tirar arrecadação dos sempre irredutíveis governadores, a proposta é factível, por ser gradual - implantação em 10 anos - e manter a arrecadação, no fim do período, nos níveis atuais. A ideia consiste no corte de um ponto percentual por ano na alíquota do tributo aplicada sobre a energia. A diferença retornaria em injeção de recursos na economia. Mas, embora bem-intencionado, **Sales** sabe que todo o esforço pode esbarrar na falta de vontade política de reduzir o custo Brasil.

Márcio Pacelli é subeditor de economia